

345
56.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO DE INSTRUMENTO Nº 0321521-0

EMBARGANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO

EMBARGADO: CONCIC – ENGENHARIA S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO ART 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA. CONTRADIÇÃO AFASTADA. REEXAME DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
2. O presente recurso não se presta a revisar entendimento materializado de forma clara e coerente como ocorrido na espécie, tampouco à reanálise/rediscussão de questão relativa ao mérito, motivo pelo qual tal pretensão não merece análise em sede de apreciação do presente embargos por não se revestir da via recursal adequada.
3. Quanto à contrariedade apontada entre a ementa e o acórdão de fl. 322, impende afastá-la, passando o referido acórdão a valer com a seguinte redação: "Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento.", em conformidade com os termos do voto e da ementa às fls. 318/322.
4. Embargos de Declaração parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar parcial provimento** ao presente recurso.

Recife, 03 de junho de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO DE INSTRUMENTO Nº 0321521-0

EMBARGANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO

EMBARGADO: CONCIC – ENGENHARIA S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Tratam-se de Embargos de Declaração interpostos contra acórdão da 1ª Câmara Cível, às fls. 318/322, que negou provimento ao agravo legal de fls. 277/293, negando a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita pretendida através do Agravo de Instrumento nº 0321521-0.

A embargante defende o cabimento dos presentes embargos, alegando contradição no acórdão embargado, insurgindo-se contra a documentação constante nos autos, que serviram de base para o indeferimento da benesse juntamente com falta de comprovação da alegada insuficiência econômica, a qual não indicaria a condição dos embargantes de arcarem com as custas, nem revelaria se do pagamento das custas adviria prejuízo próprio ou de sua família, bem como levantando contrariedade entre a ementa e acórdão, quanto à procedência daquele agravo legal.

É o que importa relatar.

Recife, 03 de junho de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

343
Fl.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO DE INSTRUMENTO Nº 0321521-0

EMBARGANTE: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO

EMBARGADO: CONCIC – ENGENHARIA S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

Conforme previsto no art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existente na decisão recorrida, não se prestando, contudo, a revisar entendimento materializado de forma clara e coerente como ocorrido na espécie.

Assim, a insurgência dos embargantes quanto à suficiência dos elementos probatórios, que, de acordo com o princípio do livre convencimento motivado do juiz, serviram como base para o entendimento exposto no acórdão ora embargado, não se reveste da via recursal adequada (fls. 328/330 dos Embargos de Declaração).

Nesse sentido, vejamos o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. ESPÉCIE RECURSAL ESPECÍFICA PARA IMPUGNAR EXCLUSIVAMENTE DECISÕES JUDICIAIS VICIADAS POR OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE (ART. 535 DO CPC). INOCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL (ART. 463, I DO CPC). **PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA PURAMENTE MERITÓRIA. EFEITOS INFRINGENTES. DETURPAÇÃO DO DIREITO DE RECORRER. RECURSO NÃO ACOLHIDO.**

1. Os Embargos de Declaração consubstanciam instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir qualquer obscuridade ou contradição. Não se prestam, contudo, a revisar entendimento materializado de forma clara, coerente e congruente, como no caso dos autos.

2. Amiúda-se na prática judiciária a interposição de Embargos de Declaração com propósito nitidamente infringente, por isso que se impõe renovar que esse recurso não se presta à finalidade de



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

corrigir eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

3. De outro lado, a obtenção de efeitos infringentes em Embargos de Declaração somente é juridicamente possível quando reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do art. 535 do CPC e, da correção do vício, decorrer necessariamente a alteração do julgado; fora dessa hipótese, os Embargos de Declaração assumem deturpação do direito de recorrer.

4. O Julgador não está no dever jurídico de rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, quando aponta fundamentos suficientes à análise e solução da controvérsia; neste caso, a decisão está fundamentada, explicitando claramente as razões que levaram ao parcial provimento do Recurso Especial.

5. Embargos de Declaração do INCRA rejeitados.

(STJ - EDcl nos EDcl no REsp: 959164 BA 2007/0130478-6, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 24/09/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/10/2013)

Entretanto, quanto à contrariedade apontada entre a ementa e o acórdão, à fl. 322, entendo que a pretensão dos embargantes merece acolhimento.

A ementa citada, em seu tópico quarto, assim consigna: "**Agravo a que se nega provimento**", em conformidade com a motivação trazida nos termos do voto de fls. 321. No entanto, o acórdão, em sua parte final, declara: "(...) à unanimidade de votos, em **dar parcial provimento**", em evidente equívoco e contrariedade com a ementa e com os termos do voto, que negaram provimento ao agravo legal de fls. 277/293.

Desta feita, considerando a existência da contradição apontada, entendo necessária a retificação do acórdão de fl. 322, ratificando o entendimento exposto no voto e na ementa, para negar provimento ao agravo legal supra referenciado, indeferindo o benefício da assistência judiciária gratuita aos ora embargantes na Ação de Usucapião Especial Urbano.

344
Xo.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ante o exposto, voto no sentido de **dar parcial provimento** ao presente recurso, para suprimir a contradição do acórdão de fl. 322, que passará a valer com a seguinte redação:

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento.

É como voto.

Recife, 03 de

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator